

Direito Processual Civil

XX CONCURSO – 15.05.94

1ª Questão:

Tem sido comum, nos mandados de segurança, ser julgado o mérito com abrangência da controvérsia em toda a sua extensão, contra ou a favor do impetrante, nada se deixando de ser apreciado. Igualmente quando é acolhida a decadência a afirmação, no decisum, do julgamento do mérito.

Fará, essa decisão, em qualquer das hipóteses, ou em ambas, após transitada em julgado, coisa julgada material no modelo do art. 467 do CPC, desse modo ensejando a argüição, com êxito da respectiva preliminar de coisa julgada quando o pedido for reproduzido pelo vencido na via ordinária ou comum? Justificar, objetivamente, a resposta.

2ª Questão:

A Constituição da República, nos incs. LV e LXXII, “b”, do art. 5º, assim igualmente no art. 41, § 1º, faz referência ao processo administrativo. E no art. 24, inc. XI estabelece a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar sobre procedimentos em matéria processual dando a impressão de identificar processo com procedimento, malgrado o disposto no seu art. 22, inc. I.

Foi bem ou mal regulamentada a norma constitucional?

Qual a identidade e (ou) distinção conceitual entre processo e procedimento perante a ciência do direito processual? Resposta com objetiva fundamentação.

3ª Questão:

Cabe penhora de bem já penhorado?

Em caso positivo, como se resolve? E na falta de bens penhoráveis cabe desde logo, em lugar da penhora, usufruto de empresa?

XXI CONCURSO – 21.08.94

1ª Questão:

Como as teorias da substanciação e da individualização do pedido se aplicam diariamente na formação do processo?

Quais os aspectos identificadores e diferenciadores entre conexão e prejudicialidade externa, as conseqüências processuais de cada qual?

2ª Questão:

Como se procede o cálculo da coisa julgada ilíquida, para a obtenção da quantia certa destinada à execução? Quais as modalidades de liquidação procedimental da coisa julgada ilíquida, informando a exata finalidade de cada qual?

XXII CONCURSO – 06.11.94

1ª Questão:

Os litigantes dos dois pólos da relação processual ajustaram acordo para encerramento total do litígio. Nele dispuseram a suspensão do processo até o cumprimento final desse ajuste, a qual inevitavelmente excederá o prazo de seis meses. Previram, em caso de descumprimento do acordo, a retomada do regular andamento do feito.

Como deve decidir o juiz ao examinar esse acordo no processo?

2ª Questão:

Perante sentenças e acórdãos tem havido numerosa interposição de embargos de declaração com caráter modificativo?

Qual sua finalidade e quando merecem ser conhecidos e providos?

3ª Questão:

Há, na jurisdição voluntária, somente a administração de interesses privados, controvérsia ou litígio, contendedores ou litigantes, sucumbência ou vencedor e vencido com condenação em honorários, e formação de coisa julgada?

E qual a razão legal da presença obrigatória do Ministério Público? Justificar.

XXIII CONCURSO – 30.04.95

1ª Questão:

Expor o princípio da personalidade da “apelação”, exemplificando situação que motiva a sua incidência.

2ª Questão:

Dar as raízes etimológicas da palavra “recurso”, explicando o significado.

3ª Questão:

É admissível, ou não, a “oposição” na ação de usucapião? Justificar a resposta.

XXIV CONCURSO – 17.12.95

1ª Questão:

Em matéria de avaliação probatória, quais os sistemas existentes e qual o adotado pela nossa Lei Instrumental?

2ª Questão:

Sentença extra e ultra petita. Conceitos, conseqüências e exemplos, indicando os dispositivos pertinentes do CPC.

XXV CONCURSO – 09.06.96

1ª Questão:

Exceção de pré-executividade. Esclareça, objetivamente, o que significa.

2ª Questão:

Princípio da eventualidade.

- a) Conceito jurídico-processual.
- b) Seu objetivo e utilidade.
- c) Qual o outro princípio processual que o assegura?

3ª Questão:

Reconvenção

- a) Conceito jurídico processual.
 - b) É possível reconvir sem contestar?
 - c) Qual o recurso cabível da decisão que a rejeita, liminarmente?
- Responda, objetivamente, referindo os dispositivos legais pertinentes.

XXVI CONCURSO – 22.09.96

1ª Questão:

Qual o sentido e o alcance dos pressupostos de verossimilhança e irreversibilidade, em matéria de antecipação de tutela?

Responda, fundamentadamente, referindo os dispositivos legais pertinentes.

2ª Questão:

O que significa a figura da perpetuatio jurisdictionis?

Responda, fundamentadamente, referindo os dispositivos legais pertinentes.

3ª Questão:

Qual a orientação doutrinária e jurisprudencial acerca das nulidades processuais?

Responda, justificadamente, referindo os dispositivos legais pertinentes.

XXVII CONCURSO – 23.02.97

1ª Questão:

Pela 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, foi suscitado um incidente de inconstitucionalidade de determinada lei. Sobre tal questão indaga-se:

- a) Qual o órgão encarregado para apreciação do referido incidente? Por quê?
- b) Do pronunciamento que vier a ser proferido cabe algum recurso? Qual? Por quê?
- c) A lei, eventualmente, declarada inconstitucional, através do referido incidente, continua ou não em vigência? Por quê?
- d) O resultado do incidente pode ser aproveitado para outro processo semelhante? Por que?

2ª Questão:

O que entende por questão preliminar e questão prejudicial ? Elas são alcançadas pelos efeitos objetivos da coisa julgada? Explique o entendimento.

3ª Questão:

Dê o seu entendimento sobre os princípios latinos “prior temporis potius iure” e “par conditio creditorum”, esclarecendo se algum deles veio a ser acolhido pela legislação processual brasileira, indicando, em caso afirmativo, os dispositivos pertinentes do Código de Processo Civil.

XXVIII CONCURSO – 24.08.97

1ª Questão:

Um juiz de 1º grau decidiu, simultaneamente, em peça única, ação ordinária de indenização por danos morais e incidente de impugnação ao valor da causa, que havia sido suscitado pelo réu.

Esclareça, justificando qual ou quais os caminhos que teria o vencido em ambas as questões, para vê-las reapreciadas em 2º grau.

2ª Questão:

Apreciando apelação interposta em mandado de segurança, a 4ª Câmara do Tribunal de Justiça, por dois votos a um, negou provimento ao recurso, através de acórdão sem eiva de omissão, obscuridade ou contradição.

Pergunta-se: Desse pronunciamento do órgão fracionado cabe algum recurso para a justiça local? Por quê? Explique o entendimento.

3ª Questão:

Conceitue litisconsórcio necessário, unitário e multitudinário, dando um exemplo de cada.

XXIX CONCURSO – 15.02.98

1ª Questão:

Um menor, representado por sua mãe, intentou frente a indigitado pai, uma ação de investigação de paternidade, cumulada com alimentos, solicitando que o julgador monocrático, ao despachar a inicial, fixasse, desde logo, os alimentos provisórios, nos termos da Lei nº 5478/68.

1 - Sendo você o juiz da causa, profira, de forma sintética, decisão sobre o pedido liminar;

2 - Tendo sido julgados procedentes ambos os pedidos, esclareça, fundamentando:

a) Qual a natureza jurídica das ações propostas.

b) A partir de que momento a sentença, transitada em julgado, produzirá seus efeitos.

2ª Questão:

O Ministério Público intentou uma ação civil pública frente ao Município do Rio de Janeiro para compeli-lo a efetuar o tombamento da casa que residiu o maestro Antônio Carlos Jobim, considerando-a de valor artístico, cultural, histórico e arquitetônico.

Após regular tramitação, com resposta, realização de provas etc. o juiz da causa acabou por extinguir o processo, sem análise do mérito nos termos do art. 267, VI do Código de Processo Civil, por entender que o pedido era, juridicamente, impossível, pois o Judiciário não poderia adentrar no mérito de um ato essencialmente administrativo. Analisando a questão responda, fundamentadamente:

1) O pronunciamento do juiz estava certo ou errado?

2) Por quê?

3ª Questão:

Responda, objetivamente, mas fundamentando, as seguintes indagações:

1) O que vem a ser “efeito suspensivo ativo” de um agravo de instrumento?

2) Que tipo de cumulação objetiva existe no art. 289 do Código de Processo Civil? Simples, sucessiva, eventual ou alternativa? Explique o entendimento.

3) O que entende por “benefício de ordem”? Ele foi previsto no Código de Processo Civil?

4) A audiência de conciliação, prevista no art. 331 do Código de Processo Civil é facultativa ou obrigatória? O juiz que a preside fica vinculado ao efeito?

5) A Lei nº 9139/95 que deu nova redação ao art. 558 do Código de Processo Civil, estabeleceu em seu parágrafo único, que o disposto em seu “caput” aplicar-se-ia também às hipóteses do art. 520 do estatuto processual.

Pergunta-se: A quem a referida norma é dirigida? Ao juiz “a quo” ou ao juízo “ad quem”? Por quê?

XXX CONCURSO – 02.08.98

1ª Questão:

Diz-se que são independentes as jurisdições Cível e Criminal. Intercomunicam-se, entretanto, as mesmas, repercutindo uma na outra? Justifique a resposta indicando os dispositivos legais pertinentes.

2ª Questão:

Cabe recurso de sentença que homologa laudo ad probationem futura, em cautelar de produção antecipada de provas? Justifique a resposta indicando os dispositivos legais pertinentes.

3ª Questão:

a) Quais os requisitos necessários para a cumulação de pedidos? Justifique a resposta indicando os dispositivos legais pertinentes.

b) O que significa a hiposuficiência no Código de Defesa do Consumidor, e suas conseqüências? Justifique a resposta indicando os dispositivos legais pertinentes.

XXXI CONCURSO – 30.05.99

1ª Questão:

O réu pode apelar da sentença que julgou o autor carecedor da ação?

2ª Questão:

Os bens penhorados podem ser levados à hasta pública, na pendência de apelação interposta contra sentença que julgou improcedentes Embargos de Devedor?

3ª Questão:

O juiz pode antecipar a tutela de mérito, pleiteada, na denúncia da lide, pelo denunciante, em face do denunciado?

XXXII CONCURSO – 28.11.99

1ª Questão:

O litisconsórcio facultativo é unitário?

2ª Questão:

A eficácia da sentença e a autoridade da coisa julgada material atingem terceiros?

3ª Questão:

Com base em documento que constitui título executivo extrajudicial, pode o credor intentar ação monitória contra a Fazenda Pública?

XXXIII CONCURSO – 06.08.00

1ª Questão:

Se há pluralidade de legitimados à impugnação do mesmo ato, a sentença proferida contra um deles faz coisa julgada material contra os outros que não figuraram no processo como partes?

2ª Questão:

São admissíveis embargos do devedor fundados em alegação de que o título executivo extrajudicial foi extorquido mediante ameaça de revólver de grosso calibre?

3ª Questão:

Qual a diferença – se é que alguma existe – entre confissão qualificada e confissão complexa?

XXXIV CONCURSO – 27.05.01

1ª Questão

É admissível antecipação da tutela de mérito na ação monitória?

2ª Questão

O devedor que foi condenado a emitir declaração de vontade poderá alegar, em sede de Embargos do Devedor, falta ou nulidade da citação no processo que lhe correu a revelia?

3ª Questão

Onde estão os 7 (sete) erros existentes no trecho abaixo reproduzido? “O juiz rejeitou a prejudicial de decadência, julgou procedente a ação ordinária, proposta por João contra Maria, e condenou a ré a pagar a dívida reclamada. Na fase de execução, Maria se defendeu através de Embargos de Devedor, que foram julgados improcedentes. Transitada em julgado a sentença, o juiz mandou arquivar o processo”.

XXXV CONCURSO – 17.02.02

1ª Questão

Tício, dizendo-se filho de Caio, propôs em face do afirmado pai Ação de Alimentos.

Respondeu Caio alegando que não é o pai da criança.

O juiz repeliu essa alegação; em decorrência, afirmou a existência da relação de parentesco e, por sentença transitada em julgado, julgou procedente o pedido inicial e condenou o réu a pagar ao autor alimentos de R\$. 2.000,00 (dois mil reais), por mês.

Ulteriormente, Caio propôs em face de Tício Ação Negatória da paternidade.

Respondeu Tício com preliminar de coisa julgada, ao argumento de que a questão da existência da relação de parentesco já foi decidida, no sentido afirmativo, por sentença transitada em julgado, proferida nos autos da anterior Ação de Alimentos.

O juiz rejeitou a preliminar e julgou procedente o pedido inicial, por sentença que também transitou em julgado.

Diante do que se decidiu, na segunda ação, Caio requereu ao juiz da primeira que declare extinta a sua obrigação de pagar os referidos alimentos de R\$. 2.000,00 (dois mil reais) mensais. Sustenta que não pode continuar obrigado a pagar alimentos a quem sentença transitada em julgado declarou que não é seu filho.

Indaga-se:

a) Depois de ter afirmado existente a relação de parentesco, na Ação de Alimentos, o juiz podia ter afirmado a sua inexistência, na Ação Negatória de Paternidade?

b) Deve ser deferido o pedido de Caio de declaração da extinção da obrigação alimentar, em decorrência do que se decidiu na Ação Negatória de Paternidade?

2ª Questão

Ao abrigo do artigo 558, caput e parágrafo único do Código de Processo Civil, o juiz da causa pode atribuir efeito suspensivo a recurso de apelação que se interpôs contra sentença, que julgou procedente pedido de despejo de imóvel residencial, fundado em falta de pagamento de aluguel?

3ª Questão

Certo ou errado? Por que?

- 1) Não existe ação de anulação de sentença.
- 2) O processo de execução é dialético.
- 3) O litisconsórcio facultativo não é unitário.
- 4) A eficácia da sentença e a autoridade da coisa julgada material não atingem terceiros.
- 5) A Ação Monitória não é uma ação de conhecimento.

XXXVI CONCURSO – 01.09.02

1ª Questão

O juiz julgou improcedentes pedidos de indenização de danos formulados por várias vítimas de um mesmo acidente de ônibus. Algumas apelaram; outras, não. O Tribunal deu provimento aos recursos, reformou a sentença apelada e condenou a empresa de transportes a pagar os valores que viessem a ser apurados em liquidação por arbitramento. A decisão do Tribunal beneficia as vítimas que não recorreram?

2ª Questão

Quais são as conseqüências da falta de intimação do senhorio direto, do credor hipotecário, do credor pignoratício, do credor anticrético e do usufrutuário, para ciência de dia, hora e local aprazados para a realização da hasta pública de bem penhorado em ação de execução fundada em título judicial?

3ª Questão

Certo ou errado? Por quê?

- a) Não é nula a alienação do bem penhorado, realizada, pelo devedor, após ter sido intimado para ciência da penhora.
- b) Diante do que dispõem os artigos 304, 112 e 52 do Código de Processo Civil, podem oferecer exceção de incompetência o réu, o autor e o assistente do autor ou do réu.
- c) As decisões interlocutórias não são decisões definitivas.
- d) Toda competência de foro é territorial, mas nem toda competência territorial é de foro.
- e) O princípio da reserva de plenário é aplicável somente aos casos de controle de constitucionalidade exercido pela via concentrada.

XXXVII CONCURSO – 27.04.03

1ª Questão

João intentou, em face de determinado clube recreativo, ação ordinária postulando a declaração de nulidade da deliberação que, em assembléia, o excluiu do quadro de sócio. Sustentando haver prova inequívoca dos fatos e verossimilhança em suas alegações, pleiteou a concessão da antecipação da tutela para garantir a sua frequência às dependências do clube.

Sendo você o juiz da causa decida a questão, fundamentadamente.

2ª Questão

Tício intentou uma ação reivindicatória em face de Mévio. O objeto da ação era um apartamento.

No decorrer do processo e após a citação, Mévio alienou o imóvel a Caio.

O feito, todavia, prosseguiu tendo como partes Tício e Mévio. O pedido acabou sendo julgado procedente e a sentença transitou em julgado.

Tício requereu então ao juiz da causa a sua imissão na posse do imóvel, então ocupado por Caio. Este, ao ser intimado para desocupar o imóvel, interpõe embargos de terceiro, sustentando que não podia ser alcançado pela coisa julgada formada em processo do qual não fora parte.

Indaga-se:

- a) O processo inicial poderia seguir contra Mévio mesmo depois da venda do imóvel a Caio? Justifique a resposta.
- b) Tem razão Caio ao interpor embargos de terceiro? Por que?

3ª Questão

O devedor que está em mora “ex re” pode propor Ação de Consignação, visando extinguir a obrigação? Por Que?